



**FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA, DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO FLUMINENSE – PRO-IFF**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE
2017**



ÍNDICE

1 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1
2 – BALANÇO PATRIMONIAL	3
3 – DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO – DSDE	4
4 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL - DMPLS	5
5 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC.....	6
6 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS – DOAR	7
7 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017	8-21



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Conselheiros e Diretores da
Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense
– PRO-IFF
Campos dos Goytacazes - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense – PRO-IFF (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense – PRO-IFF, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi constituída de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para avaliar o encerramento das operações.



Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2019.

GWM AUDITORES INDEPENDENTES
CRC – RJ Nº 5.495 – CVM Nº 11.827

GIL MARQUES MENDES
CONTADOR – CRC – RJ Nº 39.363



FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO FLUMINENSE - PRO IFF
CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em Reais (R\$))

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.159.633	1.229.363
Contas a receber	4	12.000	66.588
Outros créditos		1.900	3.400
Despesas antecipadas		1.093	1.042
Total do ativo circulante		<u>1.174.625</u>	<u>1.300.393</u>
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Valores recebíveis a longo prazo	5	11.849	10.710
Imobilizado			
Imobilizações	6	53.120	63.132
Total do ativo não circulante		<u>64.970</u>	<u>73.842</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.239.595</u>	<u>1.374.235</u>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Passivo circulante			
Contas a pagar	7	6.663	5.315
Obrigações fiscais	8	5.724	5.454
Obrigações trabalhistas	9	20.217	8.914
Total do passivo circulante		<u>32.605</u>	<u>19.683</u>
Passivo não circulante			
Contratos	10	356.627	48.677
Convênios	10	664.372	1.014.202
Total do passivo não circulante		<u>1.020.999</u>	<u>1.062.879</u>
Patrimônio social			
Patrimônio social	11	10.000	10.000
Superávit (déficit) acumulado		175.991	281.673
Total do patrimônio social		<u>185.991</u>	<u>291.673</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO SOCIAL		<u>1.239.595</u>	<u>1.374.235</u>

As notas explicativas elaboradas pela Administração da Fundação são parte integrante das demonstrações contábeis.



**FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO FLUMINENSE - PRO IFF**

CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DOS EXERCÍCIOS – DSDE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Valores expressos em Reais (R\$))

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas			
Receitas de custeio	12.1	302.329	513.567
Receita de projetos	12.2	264.023	197.196
Receita de parcerias - Reitoria		50	201
Receitas parcerias - Campus Campos Centro		-	22.238
Receitas parcerias - Campus Macaé	12.3	10.559	12.828
Receitas parcerias - Campus Bom Jesus Itabapuana		-	-
Total das Receitas		<u>576.961</u>	<u>746.030</u>
Despesas operacionais			
Pessoal e encargos sociais	12.4	(158.128)	(142.699)
Honorários profissionais	12.5	(66.005)	(45.746)
Serviços técnicos especializados	12.6	(40.820)	(66.048)
Despesas de projetos	12.7	(329.178)	(318.703)
Despesas de serviços de comunicação	12.8	(3.499)	(8.632)
Despesas tributárias	12.9	(2.831)	(3.454)
Despesas de viagens e locação		(240)	(1.390)
Depreciação e amortização	12.10	(10.012)	(24.445)
Despesas apoio administrativas	12.11	(62.763)	(79.913)
Despesas parcerias - Campus Campos Centro	12.12	-	(33.093)
Despesas parcerias - Campus Macaé	12.13	(6.129)	(4.884)
Despesas parcerias - Campus Cabo Frio		-	(2.100)
Despesas parcerias - Campus Bom Jesus Itabapoana		-	-
Despesas parcerias - Reitoria	12.14	(2.689)	(105)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	153.758
Total das Despesas Operacionais		<u>(682.294)</u>	<u>(577.454)</u>
Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro		<u>(105.333)</u>	<u>168.576</u>
Receita financeira	13	2.307	3.257
Despesas financeira	13	(2.655)	(3.425)
Resultado financeiro		<u>(349)</u>	<u>(168)</u>
Superávit (Déficit) do período		<u>(105.682)</u>	<u>168.408</u>

As notas explicativas elaboradas pela Administração da Fundação são parte integrante das demonstrações contábeis.



FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO FLUMINENSE - PRO IFF
CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL - DMPLS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em Reais)

Descrição	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.000	113.266	123.266
Superavit do período	-	168.407	168.407
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.000	281.673	291.673
Superávit do período	-	(105.682)	(105.682)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	10.000	175.991	185.991

As notas explicativas elaboradas pela Administração da Fundação são parte integrante das demonstrações financeiras.



**FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO FLUMINENSE - PRO IFF**

CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em Reais)

	2018	2017
Atividades Operacionais		
Supervít do exercício	(105.682)	168.408
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação	10.012	24.445
Receita (déficit) não operacional		-
Caixa Proveniente das Operações	(95.670)	192.853
Varição (acréscimo) decréscimo de ativos		
Contas a receber	54.588	60.437
Outros créditos a receber	1.500	(500)
Impostos a recuperar		-
Despesas antecipadas	(51)	(28)
Valores recebíveis a longo prazo	(1.139)	(1.118)
Varição acréscimo (decréscimo) de passivos		
Contas a pagar	1.349	(15.389)
Obrigações fiscais	269	(10.941)
Obrigações trabalhistas	11.303	(23.762)
Total da Varição dos Ativos e Passivos Operacionais	67.819	8.699
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(27.850)	201.552
Atividades de Investimento		
Aquisição de imobilizado	-	(57.600)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	-	(57.600)
Atividades de Financiamento		
Aumento (redução) de convênios e contratos	(41.880)	(569.615)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(41.880)	(569.615)
Varição Líquida do Caixa	(69.730)	(425.663)
Caixa e Equivalente de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	1.229.363	1.655.026
Disponibilidades no Final do Exercício	1.159.633	1.229.363
Varição Líquida do Exercício	(69.730)	(425.663)

As notas explicativas elaboradas pela Fundação são parte integrante das demonstrações financeiras



FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
E TECNOLÓGICO FLUMINENSE - PRO IFF
CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - DOAR
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Valores expressos em Reais (R\$)

HISTÓRICO	2018	2017
Origens dos recursos		
Superávit (déficit) do exercício	(105.682)	168.407
Depreciação	10.012	24.445
Valores recebíveis de ativos	(1.139)	(1.118)
Total das origens dos recursos	(96.809)	191.734
Aplicação dos recursos		
Aquisição para ativo permanente	-	(57.600)
Total das aplicações	-	(57.600)
Variação do capital circulante líquido	(96.809)	134.134
Modificação no capital circulante líquido		
Ativo circulante		
Início do período	1.300.393	1.785.965
Final do período	1.174.625	1.300.393
Variação	(125.768)	(485.572)
Passivo circulante		
Início do período	1.082.562	1.702.268
Final do período	1.053.604	1.082.562
Variação	(28.959)	(619.706)
Capital circulante líquido	(96.809)	134.134

As notas explicativas elaboradas pela Fundação são parte integrante das demonstrações financeiras



FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO PESQUISA DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO FLUMINENSE-PRO-IFF

CNPJ SOB O Nº 04.016.579/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 – Contexto operacional

A Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fluminense – PRO-IFF (“Fundação”), é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada. Conforme o estatuto tem como finalidade divulgar e fomentar programas, planos, projetos e atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimentos institucional científico e tecnológico, inovação do Instituto Federal Fluminense.

Com sede e foro na comarca de Campos dos Goytacazes – RJ, instituída por pessoas físicas e jurídicas, é regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação pertinente.

Possui amparo e credenciamento no Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia e é reconhecida como de utilidade pública no município através da Lei Municipal nº 7.529/2003.

Em 30 de abril de 2008 o antigo Centro Federal de Educação Tecnológico de Campos – CEFET, atualmente Instituto Federal Fluminense – IFF, juntamente com a antiga Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Campos – Fundação CEFET, atual PRO-IFF, celebraram acordo de cooperação técnico-científico com o antigo Ministério de Obras Públicas – MINOP, atualmente Ministério de Urbanismo e Construção – MINUC, do governo angolano, tendo como interveniente pagadora a Construtora Norberto Odebrecht S.A..

Este acordo previa o desembolso de **R\$ 38.364.960**, pelo MINOP, para o cumprimento das atividades de assessoria de gestão aos centros de formação técnico-científico, no período de 03 (três) anos a contar da data do primeiro repasse financeiro realizado pelo governo angolano. Entretanto a Fundação recebeu como repasse, somente **R\$ 13.876.645**, equivalente a 36% do total acordado.

Durante o período das atividades do acordo, foram enviados ofícios ao MINOP angolano para o recebimento dos repasses em atraso, o que até o fim deste exercício não foi atendido, provocando a suspensão das atividades nos centros de formação de Angola e as viagens dos formadores e técnicos angolanos para a capacitação no Brasil.

Tendo em vista que o projeto foi interrompido com 68% das metas previstas executadas, 23% das metas foram iniciadas e, somente, 9% dessas metas não foram iniciadas, além do não atendimento, por parte do governo angolano, no sentido de firmar acordo para a formalização do término do projeto, a Fundação PRO-IFF, com anuência do IFF, vem utilizando o saldo de numerário relativo ao acordo de cooperação técnico-científico, como parte de multa prevista na sub cláusula 11.2 do acordo, para custeio de suas despesas operacionais e manutenção do quadro de funcionários administrativos.

Em reunião realizada em novembro de 2017, entre o reitor do IFF e os representantes do governo angolano, foi entregue a documentação referente ao projeto para avaliação do MINUC e posterior encerramento do projeto o mais breve possível.



2 – Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 – Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº 11.638 de 28/12/2007 que alterou a Lei nº 6.404/76, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – “Entidades sem Finalidade de Lucros”, combinada com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000 – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.”

A apresentação de demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, porém, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Fundação em 10 de janeiro de 2019 e será aprovada, em definitivo, na reunião do Conselho de Administração que realizar-se-á em 08/04/2019.

2.2 – Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da entidade são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Fundação opera (“moeda funcional”), que nesse caso é o Real (R\$). Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais.

2.3 – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que estão demonstradas pelo valor dos investimentos acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, obedecendo ao regime de competência.

2.4 – Créditos a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços estabelecidos pelo estatuto e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes dessas operações.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são classificadas no ativo não circulante.



2.5 – Instrumentos financeiros

A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurado ao valor justo por meio do resultado (superávit ou déficit)

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit ou déficit do exercício, nas rubricas “receitas financeiras” ou “despesas financeiras”, no período em que ocorrerem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação, neste caso as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da fundação compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.6 – Imobilizado

Os saldos do ativo imobilizado estão representados pelos bens operacionais da Fundação, registrados pelo seu custo histórico de aquisição deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, às taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil econômica dos bens.

2.7 – Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Fundação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que a sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

2.8 – Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, além de considerar os rendimentos, os encargos e os efeitos de acordo com os índices e taxas oficiais sobre os ativos e passivos ao valor de realização, quando aplicável.



2.9 – Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Fundação optou por elaborar e apresentar a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto.

3 – Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são apresentados conforme demonstrativo a seguir:

	2018	2017
Bancos conta movimento - Gestora	57.567	192.295
Bancos conta movimento - Recursos de Terceiros	6.143	95.534
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1.095.924	941.534
	<u>1.159.633</u>	<u>1.229.363</u>

3.1 - Bancos conta movimento – Gestora

	2018	2017
Banco do Brasil S.A. C/C 14.930-6 - GERAL	-	84.655
COOCEFETCAMPOS C/C 632-7 - GERAL	10.237	14.482
COOCEFETCAMPOS C/C 1.030-8 - CLUB ESCOLAR	-	13
COOCEFETCAMPOS C/C 8284-8 - PROTEC	-	24.808
COOCEFETCAMPOS C/C 651-3 - UNED MACAÉ	16.598	12.274
COOCEFETCAMPOS C/C 2576-3 - EDITORA	1.258	4.000
COOCEFETCAMPOS C/C 9630-0 - PROTEC 2017	-	52.063
SICOOB FLUMINENSE C/C 10.670-4 = PROTEC 2018	27.112	-
SICOOB FLUMINENSE C/C 12.913-5 = PROTEC 2019	2.362	-
	<u>57.567</u>	<u>192.295</u>

3.2 – Banco conta movimento – Recursos de terceiros

	2018	2017
Banco do Brasil S/A C/C 63037-3 = SCHLUMBERGER	-	3.023
Banco do Brasil S.A. C/C 68.102-4 - ANGOLA	-	23.065
COOCEFETCAMPOS C/C 2671-9 - PROJETOS DIVERSOS	24	449
COOCEFETCAMPOS C/C 9066-2 - ANALISE MICROBIOLOGICA	38	370
Banco do Brasil C/C 98.979-7 = Focal - SICITEA	-	2.430
COOCEFETCAMPOS C/C 10.003-0 = ALGA PRIME	-	8.958
COOCEFETCAMPOS C/C 10.011-0 = ANALISE LAB DE ALIMENT.	787	546
COOCEFETCAMPOS C/C 9.903-1 = 4º SEMANA ARQUITETURA	-	667
COOCEFETCAMPOS C/C 10219-9 = V ECOTOXOLOGIA	-	127
COOCEFETCAMPOS C/C 10.045-5 = VPETROIFF	-	20
Banco do Brasil S/A 101.035-2 = prot. CODIGESTOR EMPRAPII	-	50.792
Banco do Brasil S.A. C/C 101.036-0 PROT. CODIGESTOR SRT	-	5.087
SICOOB FLUMINENSE C/C 11.668-8 - NETWORK AGRO	18	-
SICOOB FLUMINENSE C/C 10.839-1 - VI PETROIFF	4.421	-
SICOOB FLUMINENSE C/C 10.840-5 - VI SRHIDRO	568	-
SICOOB FLUMINENSE C/C 10.874-0 - VII ENLETRARTE	287	-
	<u>6.143</u>	<u>95.534</u>



3.3 – Aplicações financeiras de liquidez imediata

	2018	2017
Recursos livres		
Aplicação Banco do Brasil - geral	77.658	-
	77.658	-
Recursos de terceiros		
APLICAÇÃO BB 68.102-4 - ANGOLA	121.000	183.000
APLICAÇÃO BB 63.037-3 - SHULUMBERGER	29.341	28.360
APLICAÇÃO BB 95.640-6 - EMBRAP II	187.166	37.521
APLICAÇÃO COOCEFETCAMPOS 8284-8 - PROTEC 2016	-	3.197
APLICAÇÃO BB 98.556-2 - PROTÓTIPO MOTOR EMBRAP II	-	97.567
APLICAÇÃO BB 98.557-0 = PROTOTIPO MOTOR CHP	-	18.888
APLICAÇÃO BB 99.093-0 PROTOTIPO REVERSA EMPRAP II	81.576	207.366
APLICAÇÃO BB 99.095-7 PROTOTIPO REVERSA SB	5.089	62.206
APLICAÇÃO BB 99.597-5 = PROT. CARNICICULTURA-EMBRAP II	-	95.287
APLICAÇÃO BB 99.600-9=PROTOTIPO CARNIC. SIXSHRIMPS	-	14.231
APLICAÇÃO BB 99.673-4 = SENSORIAMENTO DO SOLO	-	169.521
APLICAÇÃO BB 99.674-2 SENSORIAMENTO SOLO NETWORK	-	24.390
APLICAÇÃO BB 101.035-2 PROT. CODIGESTOR EMBRAP II	17.103	-
APLICAÇÃO BB 101.036-0 PROT. CODIGESTOR SRT	735	-
APLICAÇÃO BB 63.037-3	3.295	-
APLICAÇÃO BB 99.532-0 = INTEGRA E INOVA PICG	305.598	-
APLICAÇÃO BB 101-910-4 = PROT. MICROSÍSMICO	57.964	-
APLICAÇÃO BB 101.912-0 = PROT. MICROSÍSMICO	852	-
APLICAÇÃO BB 102.280-0 PROT. ROBOTIZADO EMBRAP II	21.326	-
APLICAÇÃO BB 102.281-4 = PROT. ROBOTIZADO T.R.	757	-
APLICAÇÃO SICOOB 10.881-2 = CELIF 2018	12.251	-
APLICAÇÃO BB 103.484-7 = INST. C. REATOR EMBRAP II	64.316	-
APLICAÇÃO BB 103.485-5 = INST. C. REATOR M.J	25.388	-
APLICAÇÃO BB SUPREMO ANGOLA = 68.102-4	1.959	-
APLICAÇÃO BB 104.228-9 = MOTOTRES OTTOLIZADOS	46.745	-
APLICAÇÃO BB 104.229-7 = MOTORES OTTOLIZADOS CHP	20.806	-
	1.003.265	941.534
Títulos de capitalização		
Título de capitalização 68.102-4	15.000	-
	15.000	-
	1.095.924	941.534

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor dos investimentos acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência.



4 – Contas a receber

A posição registrada nas rubricas abaixo, referem-se à prestação de serviços conforme estabelecido no Estatuto da Fundação:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mensalidades gestora	12.000	24.000
Clientes - Terceiros (i)	-	42.588
	<u>12.000</u>	<u>66.588</u>

(i) Referem-se às notas fiscais emitidas para recebimento das parcelas dos convênios e contratos.

5 – Créditos a receber – realizável a longo prazo

O saldo de **R\$ 11.849**, (**R\$ 10.710**, em 31/12/2017), apresentado nesta conta, refere-se à subscrição do capital na instituição financeira SISCOOB Fluminense.

6 – Imobilizações

Bem	Taxa de Depreciação		Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
	Anual (%)						
IMOBILIZADO							
Custo							
Instalações	-		57.600		-	-	57.600
Móveis e utensílios	-		36.369	-		-	36.369
Veículos	-		47.000	-		-	47.000
Máq. Equiq. e ferramentas	-		145.783	-		-	145.783
Computadores e periféricos	-		85.515	-		-	85.515
			<u>372.266</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>372.266</u>
Depreciação acumulada							
Instalações	10		(2.880)		-	(5.760)	(8.640)
Móveis e utensílios	10		(33.881)	-		(762)	(34.643)
Veículos	20		(47.000)	-	-	-	(47.000)
Máq. Equiq. e ferramentas	10		(143.640)	-		(1.052)	(144.692)
Computadores e periféricos	20		(81.732)	-		(2.438)	(84.170)
			<u>(309.133)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.012)</u>	<u>(319.146)</u>
Custo líquido			<u>63.132</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.012</u>	<u>53.120</u>

A administração não elaborou estudo específico quanto capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado ("impairment"), conforme exigido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio da seção 27 – "Redução ao Valor Recuperável de Ativos" da NBC TG 1.000, aprovada pela Resolução CFC Nº 1.255/09 por julgar que o montante apresentado nesta conta em 31 de dezembro de 2018, não é relevante em relação ao total do ativo da Fundação.



7 – Obrigações com terceiros

	2018	2017
Contas a pagar	3.163	514
Aluguel a pagar	1.100	-
Outras obrigações	2.400	4.800
	6.663	5.315

8 – Obrigações fiscais

	2018	2017
Consignações vinculadas a folha de pagamento-Gestora	3.025	-
Consignações vinculadas a folha de pagamento-Terceiros	977	4.643
Obrigações tributárias - Gestora	1.722	811
	5.724	5.454

9 – Obrigações trabalhistas

	2018	2017
Obrigações trabalhistas - Gestora	17.786	-
Obrigações trabalhistas - Recursos terceiros	2.431	8.914
	20.217	8.914

10 – Projetos a executar

	2018	2017
Contratos	356.627	48.677
Convênios	664.372	1.014.202
	1.020.999	1.062.879

Demonstramos a seguir a composição dos saldos nos exercícios encerrados em 31/12/2018 e 2017.

Detalhamento dos Contratos

	2018	2017
Serviços prestados (Eventos, palestras, seminários, etc.)	24	449
Jovem aprendiz Schulumberger IX	-	19.778
Jovem aprendiz Schulumberger X	21.286	27.414
Análise microbiológica	38	370
Análise físico-química sensoriais e microbiológicas-alimento e água	787	666
Conversation Celiff 2018	12.251	-
Jovem aprendiz Schulumberger XI	11.349	-
Netword Agro	18	-
VI Projeto Petro IFF	4.421	-
VI Srhidro	568	-
VII Enletrarte	287	-
Integração para sustentabilidade	305.598	-
	356.627	48.677



Detalhamento dos Convênios

	2018	2017
Angola (1)	137.959	197.356
Protótipo de carcinicultura	-	109.518
Protótipo de codigestor modular	17.629	55.880
Sensoriamento dos atributos de solos	-	220.569
Prot. Log. Reversa EMBRAP II	86.666	264.722
Protótipo motor estacionario ciclo otto	-	116.454
Projeto VII focal - III SICITEA	-	2.430
Projeto alga prime	-	8.958
Prominp Macaé 5º e 6º ciclo	-	-
IV semana de arquitetura e urbanismo	-	667
V Seminário sobre ecotoxologia	-	127
Polo EMBRAPI	187.166	37.521
Instrumentação Controle Reator	89.703	-
Dispositivo de Monitoramento Remoto	67.551	-
Protótipo de dispositivo Robotizado	22.083	-
Dispositivo de Monitoramento Microsísmico	55.615	-
	664.372	1.014.202

(1) Refere-se ao acordo de cooperação técnico-científica, celebrado em 30 de abril de 2008 entre as partes: Instituto Federal Fluminense "IFF", antigo Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos "CEFET", PRÓ-IFF, antiga Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Campos "Fundação CEFET Campos", Ministério de Urbanismo e Construção "MINUC", antigo Ministério das Obras Públicas "MINOP" e a interveniente pagadora, a Construtora Norberto Odebrecht S.A. "CNO".

11 – Patrimônio social

O patrimônio social é composto de 10 cotas de R\$ 1.000 cada uma, totalmente integralizadas por seus instituidores, no montante de **R\$ 10.000**.

O déficit do exercício de 2018, no valor de R\$ **(105.682)** será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002.

12 – Receitas e despesas por natureza

Segue abaixo a composição das receitas e despesas operacionais da Fundação em 31/12/2018 e 31/12/2017.

12.1 - Receitas de custeio

	2018	2017
Receitas de convênio	-	7.806
Taxa de administração	-	-
Custos operacionais (a)	302.329	261.761
Receita convênio internacional (b)	-	244.000
	302.329	513.567

(a) Nessa rubrica são registrados os valores repassados pelos convênios, conforme contrato, referente ao custo dos serviços prestados pela Fundação na execução dos mesmos.

(b) Nessa rubrica são registrados os valores repassados do convênio Angola Brasil para cobrir os desembolsos necessários à manutenção do mesmo.



12.2 - Receita de projetos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Atividades educacionais	311.453	293.110
(-) Cancelamento de matrículas	(47.430)	(95.914)
	<u>264.023</u>	<u>197.196</u>

12.3 - Receitas parcerias - Campus Macaé

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cópias reprográficas	6.602	9.330
Multa biblioteca	3.957	3.498
	<u>10.559</u>	<u>12.828</u>

12.4 - Pessoal e encargos sociais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários	(66.756)	(27.769)
13º salário	(4.282)	(4.226)
Férias funcionários	(5.213)	(7.968)
Diárias	(2.639)	(2.298)
Vale transporte	-	(404)
Previdência social - INSS	(19.891)	(10.177)
Fundo de garantia - FGTS	(6.224)	(30.254)
Pis s/ folha de pagamento	(726)	(391)
Indenização e aviso prévio	(3.228)	(14.905)
Contribuição sindical	-	-
Remuneração de pessoal sem vínculo empregatício	(49.170)	(44.307)
	<u>(158.128)</u>	<u>(142.699)</u>

Nessa rubrica estão evidenciados os valores pagos referentes às despesas de pessoal contratados e terceirizados durante o exercício de 2018.

12.5 - Honorários profissionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Gratificação de desempenho	(43.400)	(23.681)
Serviços contábeis	(11.900)	(12.750)
Serviços pessoa física	(2.515)	(590)
Previdencia social - INSS	(8.190)	(8.725)
	<u>(66.005)</u>	<u>(45.746)</u>

Nessa rubrica estão evidenciados os valores pagos referentes às despesas de pessoal terceirizados durante o exercício de 2018.



12.6 - Serviços técnicos especializados

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conservação de equipamentos	(450)	(4.942)
Conservação de instalações	(3.234)	(4.048)
Serviços de advocacia	(20.637)	(22.969)
Serviços de auditoria	(16.500)	(34.089)
	<u>(40.820)</u>	<u>(66.048)</u>

12.7 - Despesas de projetos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Curso protec	(329.178)	(257.452)
Centro de qualidade de vida	-	(61.251)
	<u>(329.178)</u>	<u>(318.703)</u>

12.8 - Despesas de serviços de comunicação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Internet	(71)	(810)
Despesas postais e telégrafos	(1.000)	(1.461)
Tarifa de telefonia	(2.428)	(6.361)
	<u>(3.499)</u>	<u>(8.632)</u>

Nessas rubricas estão evidenciados os valores pagos referente aos serviços necessários para a manutenção da Fundação durante o exercício de 2018.

12.9 - Despesas tributárias

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos e taxas municipais	(1.533)	(2.182)
Impostos e taxas estaduais	(1.298)	(1.268)
Impostos e taxas federais	-	(4)
	<u>(2.831)</u>	<u>(3.454)</u>

12.10 - Depreciação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Móveis e utensílios	(762)	(17.171)
Máquinas e equipamentos	(1.052)	(1.216)
Equipamentos de informática	(2.438)	(3.178)
Instalações	(5.760)	(2.880)
	<u>(10.012)</u>	<u>(24.445)</u>



12.11 - Despesas apoio administrativas

	2018	2017
Aluguel de imóvel	(12.100)	(23.860)
Tarifa de energia elétrica	(7.603)	(6.475)
Materiais	(2.185)	(7.502)
Pedágios	(124)	(10)
Publicações técnicas	(2.882)	(4.285)
Tarifa de água e esgoto	-	(1.106)
Combustível e lubrificantes	(1.345)	(650)
Seguros	(1.923)	(2.913)
Contrato de manutenção	(13.885)	(14.263)
Serviços de pessoas jurídicas	(9.464)	(8.368)
Deslocamento com veículo próprio	(27)	(639)
Assinatura e anuidade	(481)	(1.234)
Cartório - despesas legais	(1.424)	(1.788)
Peças e reposição de veículo próprio	(35)	-
Convênios encerrados	(2.521)	(6.548)
Exame médico - funcionários	(172)	(272)
Estacionamento	(39)	-
Publicações	(193)	-
Condomínio	(6.361)	-
	<u>(62.763)</u>	<u>(79.913)</u>

Nessa rubrica estão evidenciados os valores pagos referente aos serviços necessários para a manutenção da Fundação durante o exercício de 2018.

12.12 - Despesas parcerias - Campus Campos Centro

	2018	2017
Atividades educacionais		
Material de consumo	-	-
Serviços pessoa jurídica	-	(4.983)
Repasse para o IFF	-	-
Custos operacionais	-	(554)
	<u>-</u>	<u>(5.537)</u>
Pessoal, encargos e benefícios		
Salários	-	(15.249)
13º salário	-	-
Indenizações e aviso prévio	-	(5.456)
Pis s/ folha de pagamento	-	(197)
Fundo de garantia - FGTS	-	(1.359)
Previdência social - INSS	-	(5.295)
Salário maternidade	-	-
	<u>-</u>	<u>(27.556)</u>
	<u>-</u>	<u>(33.093)</u>



12.13 - Despesas parcerias - Campus Macaé

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços de pessoa jurídica	(5.329)	(4.864)
Custos operacionais	(800)	(20)
	<u>(6.129)</u>	<u>(4.884)</u>

12.14 - Despesas parcerias - Reitoria

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviço pessoa jurídica	(530)	(105)
Custos operacionais	(274)	-
Material permanente	(1.885)	-
	<u>(2.689)</u>	<u>(105)</u>

13 – Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras		
Remuneração do capital próprio	836	1.172
Receita financeira	1.470	2.085
	<u>2.307</u>	<u>3.257</u>
Despesas financeiras gestora		
Despesas bancárias	(2.049)	(3.137)
Juros e multas	(606)	(288)
	<u>(2.655)</u>	<u>(3.425)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(349)</u>	<u>(168)</u>

14- Cobertura de seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Fundação Pro IFF efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros em seu veículo, conforme nota explicativa nº 12.11, atendendo o item 27 (i) da ITG 2002 (R1).

15 - Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais houveram sido constituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas às demais condições legais.

A Entidade é associação privada, sem fins lucrativos, assim definidos em seu estatuto social e atende aos requisitos da legislação sendo imune ao Imposto de Renda e isenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Em relação à Contribuição Social para Programa de Integração Social (PIS), a entidade está sujeita ao recolhimento da contribuição calculada sobre a folha de salários a alíquota de 1%.

Quanto a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ainda que a entidade seja caracterizada como contribuinte, à alíquota de 3%, esta não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias da entidade.



15.1 - Isenções tributárias auferidas pela entidade pelo regime de lucro presumido

a) Isenção IRPJ sobre receitas auferidas

Receita Bruta	576.961
% presunção da atividade	32%
Lucro presumido	184.628
Receita financeira	2.307
Base de cálculo	186.934
IRPJ - alíquota 15%	28.040
Adicional de IRPJ (10%)	-
IRPJ isento	28.040

b) Isenção CSLL sobre receitas auferidas

Receita Bruta	576.961
% presunção da atividade	32%
Lucro presumido	184.628
Receita financeira	2.307
Base de cálculo	186.934
CSLL - alíquota 9%	16.824
CSLL isenta	16.824

c) Isenção de COFINS

	Valor	COFINS		Total
		3%	4%	
Receita Bruta	576.961	17.309	-	17.309
Receita financeira	2.307	-	92	92
	579.268	17.309	92	17.401

d) Total de isenções

Receita bruta	IRPJ	CSLL	COFINS	Total
579.268	28.040	16.824	17.401	62.265



16 - Aspectos operacionais e Contábeis

A Fundação possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

A Fundação mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

A Fundação conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial.

A Fundação cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária.

A Fundação elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade e pelo Ministério Público Estadual.

17 – Eventos subsequentes

Não ocorreu nenhum evento subsequente à data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras da Fundação que possa influenciar nestas demonstrações findas em 31 de dezembro de 2018.